

# CARACTERIZAÇÃO DE REDES MUNICIPAIS DE ENSINO

Flávia Obino Corrêa Werle

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS  
PUC-RS

---

## RESUMO

Este texto apresenta uma análise da administração da educação municipal a partir da reconstituição da história do Órgão Municipal de Educação de quatro municípios do Rio Grande do Sul. Argumenta que as redes municipais de educação não são homogêneas entre si, apesar de se assemelharem em vários aspectos, dentre os quais a permeabilidade. A permeabilidade vai-se dando ao longo da história da administração da educação municipal e se constitui numa estratégia pela qual os poderes hierarquicamente separados (União e Estado federado) fazem prevalecer sua própria concepção de bem público no nível local. MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO — DESCENTRALIZAÇÃO — POLÍTICAS PÚBLICAS — ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

## ABSTRACT

CHARACTERISTICS OF COUNTY'S NETWORK OF PUBLIC SCHOOLS. This text analyses the administration of the municipal education, having in mind the historical reconstruction of its organization, in four cities of Rio Grande do Sul, Brazil. The municipal strategies of education are not homogeneous among themselves, in spite of having many similar aspects in common, such as, for instance, the permeability. Permeability develops along with the history of administration of municipal education and its strategy, through which the powers hierarchically separated (Union and federalized state) impose their own conception of public welfare at local levels.

Este trabalho apresenta, como ponto de vista central, que as redes de ensino municipais não são organismos homogêneos entre si, sendo permeáveis às orientações, normas e diretrizes oriundas de níveis hierárquicos superiores da administração da educação.

O texto examina inicialmente alguns conceitos teóricos e enfoca em seguida dados estatísticos que poderiam levar a pensar em um padrão comum orientador das redes municipais de educação. Depois, aponta certo nível de diferenciação entre os municípios ainda considerando dados secundários. Por fim, demonstra, pela origem histórica das estruturas institucionais da administração da educação municipal de quatro municípios do Rio Grande do Sul, a não-homogeneidade da administração da educação e sua contínua e extensa permeabilidade aos níveis estadual e federal. A permeabilidade vai-se mostrando ao longo da história da educação municipal e se constitui numa estratégia pela qual a União e Estado federado fazem prevalecer sua própria concepção de bem público em questões educativas, no nível local. Recorre a entrevistas realizadas com agentes dos Órgãos Municipais de Educação de quatro municípios da 2ª Delegacia de Educação do Rio Grande do Sul e representantes da Secretaria Estadual de Educação junto a 13 municípios próximos que abrangem a microrregião de Porto Alegre e a microrregião Colonial da Encosta da Serra<sup>1</sup>.

O Estado é um sistema social subdividido em numerosas instâncias, relativamente isoladas umas das outras (Offe, 1975). Suas estruturas administrativas estão organizadas em agências que visam à satisfação de interesses setoriais por meio de projetos ou decisões parciais motivadas por interesses sociais setorializados. Essa divisão em instâncias faz com que a complexidade dos fenômenos perca seu sentido real e se dissolva em muitos pólos decisórios administrativos, mas sem um centro geral unificante com abrangência mais global. Estabelece-se um hiato entre a decisão político-administrativa, resultante de projetos isolados, e a necessidade real/global da sociedade. Portanto, a conseqüência é a contradição entre agências condicionadas por específicos interesses setoriais e as forças globais (Bobbio et al., 1986).

Em outras palavras, a organização do Estado é a soma das atividades dos municípios, estados, federação, parlamentos e assembleias, governo, autoridades, ministérios etc. Cada uma dessas instâncias se especializa em determinados problemas, o que faz com que elas se diferenciem entre si. Certos problemas são considerados como tais por algumas instâncias e não por outras. Assim, as políticas incrementalistas parciais podem fixar-se em determinados grupos de interesses, determinadas ligações políticas, determinadas áreas regionais, determinados departamentos da burocracia, desconhecendo o todo. Devido a essa consideração diferenciada de problemas, as alterações políticas, materializadas em novas leis, decretos, normas orçamentárias passam a prevalecer, enquanto

as regras até então em vigor se tornam deficientes. Mas essas políticas serão igualmente ineficazes à medida que permanecerem fracionadas.

No tocante à administração da educação brasileira, há ações que ocorrem em diferentes âmbitos: federal, estadual e municipal. Distinguem-se como sistemas diferenciados o sistema nacional, o sistema federal de ensino, os sistemas estaduais e os sistemas municipais (Sander, 1985). Nesta perspectiva a categoria sistema municipal obedeceria a padrões comuns, apenas discerníveis quando em relação às demais instâncias.

A legislação educacional brasileira de âmbito nacional trata separadamente os componentes das diferentes instâncias mas considerando-os homogêneos dentro da mesma instância, discriminando como redes individualizadas, normalizadas e recriadas as que são mantidas pelo poder público federal, estadual e municipal. Essa individualização de instâncias é, por outro lado, contraditoriamente tratada por procedimentos que indicam unificação/padronização. As tentativas de unificação e coesão da educação se explicitam ao nível de cada instância quando esta é tratada como uma totalidade não diferenciada internamente. As tentativas de unificação/homogeneização ocorrem na legislação pelo tratamento das informações que se materializam nas estatísticas da educação nacional, bem como pelo sancionamento das instâncias como isoladas e setorializadas. Assim, os aparelhos de Estado materializam e concentram as relações de poder que são nele organizadas e representadas sob a forma de um interesse político geral que cria a realidade legítima, determinando funções e a direção do Estado.

A legislação brasileira indica progressiva passagem para responsabilidade municipal de encargos e serviços de educação, especialmente os referentes ao 1º grau que, pela sua natureza, possam ser realizados mais satisfatoriamente pelas administrações locais (Lei 5.692/71, art.58, parágrafo único).

---

1 Este trabalho apresenta uma análise inédita, embora parcial, dos dados coletados na pesquisa Levantamento Sistemático de Dados sobre a Rede de Escolas Municipais do Rio Grande do Sul, desenvolvida na UNISINOS, em 1988-89. Buscou-se tanto a compreensão da realidade de cada município (sem necessariamente relacionar a seqüência total dos fatos levantados) como um significado globalizante mais amplo. Um primeiro trabalho sobre o tema permaneceu no nível do fático; este procurou chegar no nível do significado. Para a organização deste texto foi feita uma análise de cada entrevista com os agentes educacionais, uma análise comparativa das entrevistas de agentes de um mesmo município e uma análise total de todas as entrevistas que constituem o objeto em estudo. Foram consideradas um total de 48 entrevistas: 10 pessoas que atuaram no município de Portão de 1964 a 1988; 21 pessoas que atuaram em São Leopoldo de 1939 a 1987; 9 pessoas que atuaram em Sapiranga no período de 1955 a 1987, e 8 pessoas que atuaram de 1963 a 1988 em Dois Irmãos. Foram também considerados alguns documentos consultados junto aos arquivos dos Órgãos Municipais de Educação dos municípios estudados.

Examinando em detalhe os dados estatísticos referentes às redes municipais de educação, pode-se questionar se tais redes municipais, consideradas em conjunto, formam um todo com uma certa homogeneidade.

Observando os dados referentes ao Rio Grande do Sul, por exemplo, percebe-se que a iniciativa municipal é mais numerosa em termos de quantidade de estabelecimento de ensino do que a estadual, embora o número de docentes seja maior nas escolas estaduais. Entretanto, analisando individualmente os dados de cada município, verifica-se grande diferenciação. Em Porto Alegre, há 230 escolas estaduais e 13 municipais; em Charqueadas, a prevalência de estabelecimentos estaduais é mínima, são 7 escolas estaduais e 6 municipais; em todos os demais municípios do Rio Grande do Sul, há maior quantidade de estabelecimentos de ensino municipais do que de outras mantenedoras, havendo municípios em que os serviços de educação são oferecidos quase exclusivamente pela instância municipal (Canguçu, por exemplo, possui 192 escolas municipais, 3 estaduais e 3 particulares). Essa realidade é semelhante à de outros 18 municípios do Rio Grande do Sul que têm mais de 100 escolas compondo suas redes municipais (Werle, 1989).

Portanto, não há como considerar em igualdade de condições municípios em que a proporção de escolas estaduais e municipais chega a se inverter.

Se o número de professores é maior em escolas da rede estadual do que nas municipais, isso decorre do fato de que as escolas municipais oferecem as séries iniciais do 1º grau no sistema de unidocência, no qual um único professor, a um só tempo e numa mesma sala de aula, atende alunos de idades diferentes e com diferentes níveis de adiantamento. É preciso destacar que a designação escola unidocente e pluridocente, consagrada nos dados estatísticos oficiais do Rio Grande Sul, indica, nas publicações oficiais, situações que soam como diferentes entre si mas que de fato não o são. Analisando mais de perto os dados referentes ao número de escolas e de regentes de classe, constata-se que não há maior diferenciação que autorize a distinguir os dois tipos de escola. Caracteriza a escola pluridocente o ter mais de um professor, mas, na prática isso não ocorre, pois não há um número de professores suficiente para que se faça um atendimento, em separado, por série, nível de aproveitamento e faixa etária. Por exemplo, em Campo Bom, há 10 escolas rurais municipais pluridocentes de 1ª a 4ª série. Se houvesse um professor para cada uma das quatro séries das 10 escolas, o número de professores deveria somar 40 e não 25 como efetivamente é (Werle, 1989). Essa indiferenciação entre o que se designa escola pluridocente e unidocente ocorre também no que se refere à especialização do professor, à racionalização do trabalho docente, ao aspecto humano — permanecem as relações de cooperação e a atmosfera familiar —, e ao aspecto social

— a escola permanece influenciando de maneira extensa a comunidade (Atta et alii, 1985).

A matrícula e os concluintes do 1º grau nas redes municipais são também menores se comparados os dados aos da rede estadual. A escola estadual não é quantitativamente tão disseminada como a municipal, mas atende maior número de alunos e detém maior número de professores.

As redes municipais parecem ser mais “especializadas” no atendimento às séries iniciais do ensino de 1º grau em escolas de zonas rurais. No Rio Grande do Sul, em 1986, dos 82.343 alunos de zona rural, 3.959 estavam matriculados em escolas mantidas pelo estado e 76.827 em escolas mantidas pelas redes municipais.

Dos estabelecimentos unidocentes rurais, que atendiam da 1ª à 4ª ou da 1ª à 5ª série, 265 eram estaduais e 5.860 eram municipais, o que representa 94,68% dos estabelecimentos de ensino do Rio Grande do Sul, nessa categoria.

Considerando especificamente os dados referentes à educação nos municípios da 2ª Delegacia de Educação do Rio Grande do Sul (2ª DE), observamos que a matrícula é predominante na rede estadual (49,7%) em relação à municipal (36,6%) e à particular (13,7%), o que confirma os dados gerais referentes ao estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, isso não é observado em dois municípios: Novo Hamburgo e Campo Bom (Werle, 1989). No que diz respeito à relação número de alunos/professor, a rede municipal possui uma média superior às demais, sendo que nos 13 municípios da 2ª DE ela é de 19 na rede municipal, frente a 14 na rede estadual e 15 na particular de 1º grau. Em 12 dos 13 municípios, a menor relação aluno/professor está na rede estadual.

Portanto, entre os municípios da 2ª DE a matrícula na rede municipal é inferior à estadual, mas a relação de alunos por professor é mais alta naquela. Em geral, nos municípios dessa Delegacia há predominância de estabelecimentos de ensino localizados em zona rural: em oito municípios mais da metade das escolas das redes municipais situam-se em zona rural.

Pelos dados acima, talvez se possa pensar que a rede municipal rio-grandense seja homogênea. Pelo menos assim muitas vezes ela é tratada. No entanto, uma análise um pouco mais detalhada pode levar à identificação progressiva de elementos diferenciadores, indicando que até instâncias de mesmo nível podem ser relativamente diferenciadas umas das outras.

Nos municípios de Novo Hamburgo e Campo Bom a rede municipal possui maior número de matrículas, sendo a média aluno/professor superior à dos demais. No primeiro, há 27 alunos por professor, e em Campo Bom, 22. São também esses municípios que têm, junto com São Leopoldo, a mais alta percentagem de residentes em zona urbana: mais de 95% da população.

Quanto à média alunos/professor, há grande variação considerando a região em estudo: ela cai de

27 alunos/professor verificada em Novo Hamburgo para 12 em Feliz. Há municípios em que os professores trabalham com mais do dobro de alunos em sala de aula do que em outros próximos. Isso se deve à quantidade e distribuição das escolas, densidade demográfica, distribuição populacional cidade/campo, atividade econômica, forma de administrar a educação etc.

Há também dois municípios que não têm escolas mantidas pela iniciativa particular: Estância Velha e Portão. Em Portão, a média aluno/professor de escolas da rede estadual e municipal é igual. Em apenas quatro municípios essa relação é mais alta na rede particular do que na municipal e estadual (Werle, 1989).

As estatísticas da educação nacional expressam e reproduzem o fracionamento em instâncias do sistema político-administrativo da educação e indicam leituras da realidade educacional que, se não forem tomadas numa análise mais minuciosa, que coteje dados internos de uma mesma instância e entre diferentes instâncias, falseiam a materialidade dos fatos. É o que ocorre quanto ao número de escolas mantidas pela instância municipal, que é maior na estadual e na federal. Tal situação não é verificada em certas cidades metropolitanas, já que a instância estadual é mais atuante em zona urbana, sendo a zona rural predominantemente atendida pela instância municipal. Portanto, a questão número de estabelecimentos de ensino não pode ser analisada apenas ou principalmente a partir do referencial município ou estado, mas cotejada com outros aspectos socioeconômico-culturais. Ou seja, uma interpretação aligeirada dos dados referentes a todo o território nacional e ao Rio Grande do Sul poderia simplesmente indicar a prevalência de estabelecimentos mantidos pelo poder público municipal. Entretanto, uma análise minuciosa desvelará as variações.

A segmentação escola unidocente e escola pluridocente, consagrada nas estatísticas educacionais, apenas em aparência indica situações diferentes. Analisando comparativamente os dados estatísticos e as ações pedagógicas que ocorrem num e noutro tipo de escola, verifica-se que não há diferença real. Portanto, essa segmentação torna mais complexo o sistema de organização do Estado, produzindo uma diferenciação superficial e trazendo exigências e situações irreais para o planejamento no campo educacional.

A consideração em bloco da quantidade de alunos matriculados nas diferentes instâncias pode, numa interpretação apressada, indicar que há maior número de alunos no ensino de 1º grau na instância estadual. Uma perspectiva descentralizadora poderia sugerir uma política de passagem da responsabilidade pelo ensino de 1º grau para a instância municipal, que possui muitas escolas e poucos alunos. A análise individualizada do número de alunos por município demonstra, no entanto, o contrário: há cidades que têm maior número de alunos matriculados em escolas da instância municipal do que outras.

As redes municipais parecem diferenciar-se entre si e frente às demais, mantidas por outras instâncias, em especial considerando os aspectos históricos, decorrentes da forma de desenvolvimento de cada administração do setor educativo municipal.

A seguir será configurada a administração da educação municipal em quatro municípios do Rio Grande do Sul, todos pertencentes à 2ª Delegacia de Educação.

## DOIS IRMÃOS

Município com 30 anos de existência, criado em 1959, tem atendimento educativo do pré-escolar ao 2º grau. Quanto ao ensino regular de 1º grau, 82,5% dos estabelecimentos pertencem à rede municipal, atendem a 34,73% das matrículas e têm 37,9% dos regentes de classe do município. Do total de professores que pertencem à rede municipal, 50 atuam em escolas de zona rural e 8 em escolas de zona urbana, correspondendo a 86% e 13% respectivamente (dados de 1986). A rede municipal, concentrando seu atendimento nas séries iniciais de 1º grau, mantém 88% das escolas de 1º grau rurais e 50% das urbanas. A taxa de aprovação da rede municipal é de 88,61%, frente a 83,23% da estadual e 75,05% da particular.

Assim, embora mais “ruralizada”, a rede municipal atinge índices de aproveitamento mais altos do que as demais, cujas escolas são mais bem situadas.

Muitas das pessoas atuantes no município participaram do processo de sua emancipação. Caracteriza este município a estabilidade dos membros do Órgão Municipal de Educação — OME. Conhecimento mútuo e continuidade de trabalho são conseqüências dessa característica, pois se trata de pessoas que estão há 10, 15, 16 anos prestando serviços no OME. Destes, 83% foram professores municipais e, ao longo de sua vida profissional, foram titulando-se, tendo hoje formação superior. Pelas modificações sociais que o município vem sofrendo ultimamente, a rede de escolas municipais também tem-se alterado, como o demonstra o relato do agente do OME:

*Anteriormente eram só escolas de zona rural. Neste últimos cinco anos é que foram criadas estas seis escolas de periferia e mais uma escola de zona rural.*

*(...) estamos vivendo uma experiência nova. (Werle, 1989a. p.188).*

Essa ampliação física que está ocorrendo é devida à necessidade de atendimento daqueles

*(...) que vêm assim de mudança, que vêm de ônibus, têm meia dúzia de trapos e uma porção de filhos e vêm se chegando na casa de um vizinho, no porão de um amigo. É um tipo de pessoa totalmente diferente do tipo de pessoa que temos no nosso meio. (Werle, 1989a. p.188).*

Os agentes do OME de Dois Irmãos indicam como percebem as alterações socioculturais e as exigências resultantes para a rede de ensino. As escolas

de periferia são as que, sendo maiores, contam com um diretor dedicado a funções administrativas e de secretaria, têm professores com formação específica para o magistério de nível de 2º grau, sendo os alunos agrupados por nível e idade, seguindo o sistema seriado. Entretanto, essas escolas, por atenderem em geral migrantes, apresentam uma realidade que os próprios professores rejeitam. Os professores não querem nelas permanecer. Embora evidenciem grande preocupação com o domínio de conteúdos, mostram pouca sensibilidade para com as características e necessidades do aluno e a forma como ele aprende.

Nas escolas rurais, o perfil docente é diferente. Lá o professor permanece muito tempo lecionando na mesma escola e, por residir junto a ela, estabelece um elo de conhecimento muito intenso com a comunidade. Há inclusive cinco professores que já lecionavam antes da emancipação do município (1959), sempre na mesma escola. Embora o professor da escola municipal rural seja leigo, é mais aberto, solícito, atencioso, com muita disponibilidade. Nas escolas rurais, o professor responde também pela direção e o OME centraliza a questão administrativa, tanto no aspecto referente à vida da escola como à do aluno. Também os agentes que administram a educação municipal apresentam a mesma característica de intensa relação e conhecimento das comunidades.

A escola unidocente traz uma contradição básica. Formalmente existem séries distintas, mas, na dinâmica real, há pouca diferenciação entre as mesmas. Depreende-se isso do depoimento de um dos entrevistados:

[os alunos] *passavam dentro do que eles (os professores) davam. Se o aluno sabia ler e escrever, à moda deles, passavam... O problema é que o que davam para os alunos de 5ª série, os de 3ª também faziam. Sabe, eles generalizavam a coisa, era um plano para todo o mundo... Se os pequeninos erravam, azar, iam atrás, depois acompanhando...* (Werle, 1989a. p.190).

Pelo fato de os funcionários do OME serem mais estáveis e terem experiência docente em escolas rurais, semelhantes à maioria dos estabelecimentos da rede que administram, parecem ser interlocutores mais perspicazes e sensíveis às necessidades emergentes das modificações socioculturais locais, desenvolvendo uma maneira mais acurada de administrar. Por isso, Dois Irmãos apresenta duas fases distintas na caracterização da ação do OME, que decorrem da passagem do município de predominantemente rural para de urbanização crescente, com a emergência e desenvolvimento de zonas periféricas de intenso fluxo migratório na sede.

Quando o OME precisou atender a periferia urbana e a realidade educacional emergente, a sua supervisão e administração se alteraram, pois as escolas suburbanas são maiores, os professores titulados não se sintonizam de maneira tão harmônica com a população periférica. As relações da escola com a comunidade se alteram pelo distanciamento sociocultural, uma vez que atendem migrantes, indivíduos que

se separaram de sua região de nascimento, de suas tradições, de seu trabalho e que não encontram em troca elementos de identificação e união. A situação do município de Dois Irmãos afigurou-se como distinta da dos demais municípios estudados, devido, especialmente, à continuidade da equipe de trabalho do OME.

## SAPIRANGA

O município tem pouco mais de 35 anos de criação. Duas áreas mereceram prioridade inicialmente: expansão da rede e supervisão/acompanhamento do trabalho docente. As escolas municipais antes da emancipação de Sapiranga não eram acompanhadas em razão da distância da sede, São Leopoldo, o que fazia com que os professores faltassem muito e não fossem pontuais e os alunos tivessem baixa frequência. Contratou-se um supervisor com experiência na Delegacia de Educação do Estado e titulação superior para acompanhar os professores, providenciando um regimento adaptado dos de outros municípios para as escolas municipais; contrataram-se também professores especializados (Música e Educação Física) e incentivou-se a titulação dos professores leigos.

No início, o OME tinha um quadro de funcionários reduzido. O trabalho na época da instalação do município integrava todos os setores da prefeitura municipal. Quem atuava no setor educativo colaborava na elaboração e discussão de todos os decretos e leis que eram importantes e necessários para a instalação do município. Em 1970, o Estado interveio com diretrizes que alteraram a estrutura do OME e os critérios de escolha de seus funcionários: o chefe do Departamento de Educação Municipal devia ter título superior. Houve com isso reformulação da equipe e divisão do trabalho em pedagógico e administrativo. O município possui um plano de carreira para o magistério público municipal, criado em meados dos anos 70, que não traz, porém, maiores alterações com relação ao professor leigo, que permanece como uma problemática não resolvida. O concurso é voltado para professores que desejam lecionar em escolas municipais, mas que possuem formação específica para o magistério, e os professores leigos continuam excluídos do plano, embora colaborando na educação municipal como contratados.

Também neste município atuaram no OME professores estaduais cedidos para a rede municipal de educação. O depoimento abaixo, de um diretor do ensino municipal dos anos 60, que foi professor, orientador do ensino rural e atuando na Delegacia de Educação do Estado, mostra como eram as cedências nesse período:

*era cargo estadual que havia um convênio entre a Prefeitura e o Estado. O Estado cedia o professor para fazer a Coordenação do Ensino Municipal, coordenação tanto do administrativo como do pedagógico. Não era propriamente uma cedência do*

*Estado para o Município, era um convênio.* (Werle, 1989f. p.211).

A cedência, então, não se caracterizava como uma disponibilidade de recursos humanos para o município alocar conforme as necessidades, mas compunha o quadro de um “convênio” que especificava local de trabalho e atribuição do cedido.

A ação do OME deste município caracterizou-se por sua abrangência, articulando necessidades globais de ensino — o ensino de 1º grau e a criação do 2º grau —, e realizando um trabalho de supervisão e administração da educação independente das mantenedoras. O OME de Sapiiranga supervisiona escolas estaduais rurais e escolas municipais. Além das atividades educativas, incorpora outras de ordem assistencial e de apoio, explícitas, ademais, na denominação que o OME adquiriu em Sapiiranga: SEMEGAS — Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Assistência Social. Dentre as atividades assistencial-curativas estão: atendimento gratuito (médico e odontológico), distribuição de remédios, convênios com a Liga Brasileira de Assistência, Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor, distribuição de merenda e material escolar.

Sapiiranga parece caracterizar-se pela articulação de ações nas áreas da educação, saúde e assistência; por uma concepção de que mantenedoras diferenciadas não impedem uma supervisão unificadora, e pela existência de um quadro de funcionários que, inicialmente pequeno e formando quase uma “equipe pública de trabalho local”, sem divisão tradicional de ações, expandiu-se posteriormente por interferência da instância estadual que fez exigências de titulação e de organização da Diretoria de Ensino Municipal. Por 16 anos o critério para atuar no OME não foi o título superior, mas o “comprometimento com a comunidade e com a educação”.

## PORTÃO

Município criado em 1963, conta com 24 estabelecimentos de ensino, todos públicos. Não há iniciativa particular na área educativa em Portão: 43% do atendimento pré-escolar urbano é feito pela rede municipal, assim como 100% do ensino rural de 1º grau e 55% do urbano. A instância municipal é, pois, muito atuante em Portão, sendo que alcança uma taxa de aprovação no ensino de 1º grau de 81,3% frente a 79,44% da estadual.

*Nós iniciamos a prefeitura na sala onde funciona o Varejo, numa só sala. Lá trabalhava o prefeito, o secretário, o tesoureiro, a escriturária, e no ensino eu, como coordenadora do SEDEP e a (...) supervisora do SEDEP, todas as pessoas trabalhando numa só sala. O veículo era de propriedade do prefeito que servia a todos nós... Isto em 64. Um ano depois, foi construída a prefeitura... mas no início nós tínhamos uma só [sala], todos os elementos, e não tínhamos nem um armário no primeiro ano, para colocar as pastas. Colocávamos coisas em mesas,*

*eram classes. Trabalhávamos mais do que hoje... no início foi bastante dificultoso.* (Werle, 1989b. p.9).

Ao se organizar inicialmente a administração da educação municipal levou em consideração experiências de municípios próximos e buscou orientação junto a outras localidades. A equipe, muito jovem, restrita, mas com muito trabalho, regularizou a vida escolar (históricos escolares, atas, atos de criação de escolas) e realizou um esforço de titulação de professores leigos. A questão da titulação docente é recorrente ao longo do desenvolvimento da educação municipal. Foram também feitas melhorias físicas: aumento do número de salas de aula, melhoramento nas cozinhas, poços de água.

Tal como em outros municípios, em meados dos anos 70 coloca-se como exigência a estruturação da Diretoria do Ensino Municipal e o título superior para quem ocupasse a direção do OME, além da criação do SEMAE (Serviço Municipal de Alimentação Escolar).

Ao longo dos anos 80, com as alterações socio-culturais do município, o OME propõe ações educativas separadas para a zona urbana e rural (reuniões e planejamento bimestral em separado). Progressivamente, a comunidade começou a reconhecer a ação do OME e a preferir as escolas municipais.

O isolamento do professor rural desencadeou, nesta como em outras equipes de OMEs, uma ação de ajuda e compreensão. Os incentivos à formação e titulação docente nem sempre resultaram na eliminação da figura do professor leigo, em face da concorrência com a rede de escolas estaduais, e que com escolas maiores e mais centrais eram carreiras estruturadas vistas como mais vantajosas:

*muitos professores que agora são diretores de escolas do Estado foram nossos professores municipais. Só conseguiram se habilitar durante a nossa gestão. Quando elas conseguiram terminar de se habilitar, conseguiram contratos e aí saíram.* (Werle, 1989b. p.228).

Portão parece ter uma rede municipal altamente positiva frente à estadual: incentiva a titulação de seus professores que, depois, passam a compor os quadros das escolas do Estado, e mantém um índice de aprovação maior do que estas.

## SÃO LEOPOLDO

É um dos municípios mais antigos do Estado (criado em 1946) e região onde foram assentados os imigrantes alemães chegados ao Rio Grande do Sul no período imperial (1824).

A atual Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Leopoldo — SEMEC/SL teve, ao longo do tempo, diversas designações. Enquanto Superintendência da Instrução Pública Municipal, ainda no início dos anos 40, enfrentou o problema da falta de assiduidade dos professores, decorrente das dificuldades de transporte e comunicação e das precárias condi-

ções de higiene e moradia das populações rurais, que não atraíam professores "brasileiros" (época da nacionalização do ensino) para lecionar em escolas de zona de colonização alemã. No sentido de superar a insuficiência da formação do magistério da época, eram realizados concursos para aqueles que desejassem lecionar, mas que não tinham Curso Complementar, designação dada na época aos cursos de formação de professores para o ensino primário. Eram também promovidos cursos de férias para tornar mais qualificado o trabalho docente e, periodicamente, realizados exames de suficiência para avaliar as condições dos professores em exercício. Por volta dos anos 50, efetuavam-se exames a cada final de ano, sob a coordenação do superintendente da instrução pública municipal que tinha atribuições diretas quanto à verificação do aproveitamento dos alunos da rede municipal.

*Na época, os exames eram feitos dentro das escolas. Então (a Superintendente do Ensino Municipal) convidava, por exemplo, cinco ou seis professores daqui e a gente saía às 5 horas da manhã e íamos assim, porque nós íamos a todos os distritos que eram nossos e que hoje já não são mais nossos. Então nós íamos passando pelo primeiro distrito, e deixávamos uma professora para fazer exames daqueles alunos; aí, na segunda escola, deixava outra (professora), e a terceira, e assim ficava a última escola com a Superintendente. Às vezes até com velinha nós fazíamos exame, porque nas escolas não tinha luz e escurecia muito ligeiro. A gente voltava de lá 11 horas, meia-noite do interior. Saía às cinco da manhã. Isso era todos os fins de ano, nós fazíamos isso. (Werle, 1989c. p.8).*

Na época da superintendência a quantidade de pessoas que atuavam na administração do OME era reduzida. Embora o município fosse mais extenso do que atualmente, apenas duas pessoas eram responsáveis pela Superintendência da Instrução Pública Municipal. O supervisor não ficava limitado ao edifício-sede da administração da educação municipal, mas visitava constantemente as escolas.

*Muitos municípios que caíram fora agora. Tinha, quem vai para Caxias, — Picada Café, Parobé, Morro Sapiranga —, tudo era nosso, — Campo Bom, Dois Irmãos. Depois de Dois Irmãos, tinha um lugarzinho, tinha que atravessar riacho. Se chovesse, o riacho estava cheio e não podíamos voltar. São boas recordações disso aí. (Werle, 1989c. p.9).*

Posteriormente, quando a supervisão começou a ficar mais numerosa (10 a 12 pessoas), desenvolveu-se um trabalho sediado no edifício da administração da educação municipal, que apenas periodicamente visitava as escolas. Embora os professores não tivessem formação além do curso primário, havia muita dedicação e disponibilidade. Os supervisores eram elementos presentes na vida das escolas, estimados pelos professores, conhecendo os alunos pelo nome e "pegando junto com o professor". Não havia remanejamento de professores de uma escola para outra,

nem para escolas de outras mantenedoras, o que permitia ao professor construir um forte elo com a comunidade. Quando aos salários, tanto funcionários da prefeitura como professores municipais cuidavam das reivindicações diretamente com o prefeito.

A qualificação dos professores foi uma preocupação constante em várias administrações e, neste sentido, as estratégias ao longo do tempo foram variadas: reuniões, cursos de férias, articulação com a universidade local, com o governo do Estado e o envio de professores para realizar cursos em outros estados da federação.

Grande parte dos agentes do OME desse município tem larga experiência em outras instâncias da educação pública. Nesse sentido, cabe lembrar que São Leopoldo sedia a 2ª Delegacia de Educação, representante em nível local da Secretaria da Educação e Cultura do Estado, que abrange 13 municípios do Rio Grande do Sul. Uma das entrevistadas, que em três ocasiões esteve na chefia do OME, havia sido anteriormente delegada de educação e diretora de escola estadual por longo período. De sua equipe fez parte uma professora que já fora membro do Conselho de Educação Municipal, na época da Superintendência da Instrução Pública Municipal, e participara da equipe da 2ª Delegacia de Educação como funcionária da instância estadual. Essa professora tentou trazer toda a sua vivência para o setor administrativo da SEMEC/SL, quando assumiu, no final dos anos 70:

*De repente começamos a nos organizar nos diferentes setores de tal maneira que tentamos fazer uma minidelegacia dentro da SEMEC... nós sempre tínhamos que ter uma linha de ação semelhante à delegacia... nós começamos a implantar a nossa maneira de ver... nos guiávamos pelos documentos da Secretaria. (Werle, 1989e. p.12-3).*

Durante os anos 70, houve grande envolvimento da SEMEC/SL com as diretrizes oriundas de outras instâncias de administração da educação. Um exemplo é a criação da Comissão Municipal do Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL, com abrangência nacional, com 12 cargos administrativos e um órgão colegiado.

*Cria a Comissão Municipal do MOBRAL, seção São Leopoldo, com finalidade e atribuições fixadas na legislação federal. Constitui os seguintes cargos, cujo exercício será considerado como serviços relevantes prestados à comunidade: Presidente, Secretário Executivo (desempenhado pelo Diretor de Educação e Cultura), Coordenador Geral, Relações Públicas, Conselho Consultivo, Chefe da Subcomissão de Propaganda e Motivação, Chefe da Subcomissão de Fiscalização, Chefe da Subcomissão de Avaliação, Chefe da Subcomissão para Determinação de Áreas Operacionais, Chefe da Subcomissão de Assuntos Financeiros, Chefe da Subcomissão de Preparação dos Monitores, Chefe da Subcomissão do Transporte e outras, em atendimento às características locais. (Decreto Municipal nº550, 31/7/70).*

Comissões como essa eram, em certos períodos, substituídas com frequência, algumas tiveram quatro meses de duração, outras onze (Portaria 18.988, 8/5/84; Portaria 19.226, 2/4/85; Portarias de 9/2/83 — Banco de Dados).

Resultante de um convênio com o Estado, a prefeitura assumiu, nessa época, o compromisso de estruturar o OME. As escolas foram classificadas por categorias, conforme o número de alunos, e a direção, considerada como função gratificada, recebia um salário diferenciado, de acordo com o tipo de escola. Vê-se assim a adoção da divisão social do trabalho alheia à realidade local, imposta pela instância estadual, que resultou na introdução de uma seqüência de decisões pautadas pela racionalidade técnica.

Agentes que atuaram em várias gestões no OME relataram a integração entre diferentes setores da prefeitura, expressando essa vivência como “diálogo” com a Diretoria da Fazenda, Diretoria de Pessoal, e Setor de Obras da Prefeitura.

*A característica da rede municipal é muito diferente do Estado. No Estado as escolas têm que buscar suas formas administrativas próprias, ou seja, através de festas ou da própria mensalidade dos alunos, enfim, tem que administrar em cima da falta de dinheiro. (...) A escola do município não. Ela recebe todo o apoio da Prefeitura neste sentido. Ela tem a secretaria de obras, que vai fazer a calçada, ela tem, na própria secretaria (de educação municipal) uma equipe de reparos que vai consertar o vidro, que vai consertar a porta que estragou, as descargas do banheiro que estragaram. Então este aspecto me chamou muita atenção no município, porque no Estado, grande parte do esforço que se faz na escola estadual, em termos de trabalho, se fica nessa direção, de verificar como a escola vai poder resolver seus problemas materiais, com a pouca disponibilidade econômica que tem, porque realmente o Estado não dá a mínima sustentação nesse sentido e a escola do município não. É uma escola que tem estrutura para isso. Então o que me ficou assim é que a escola do município teria mais condições para desenvolver um trabalho pedagógico, se pode ter muito mais tempo para pensar nisso. (Werle, 1989e. p.73-6).*

Entretando, quando alguma equipe não correspondia aos interesses do poder local, um instrumento adequado para demonstrar o descontentamento era a falta de apoio de algum dos setores da prefeitura, retirando serviços anteriormente oferecidos.

*Bom as limitações foram muitas, inclusive fez com que eu saísse lá pelas tantas, ou seja, eu achava que ia até o fim dessa administração, mas as limitações são aquelas que eu menos imaginava. De repente, tomava algum projeto e ele esbarrava contra a má vontade do Prefeito, ou de algum Secretário, ou de pessoas que achavam que isso aí não convinha.*

*Em março de 85 a coisa começou a estourar. Simplesmente durante os meses de férias a Secretaria de Obras não compareceu às escolas para cortar grama. De modo que, quando as crianças chegaram às escolas em março, tinha grama até quase à altura delas, com perigo de cobras, perigo de bichos etc., não consertou uma coisa que a Secretaria pediu (...). Absolutamente não era atendido nenhum pedido da Secretaria. Isso era uma forma de demonstrar que a gente não estava mais agradando: pegue as malas e retire-se. Isso foi o que aconteceu em julho de 1985. (Werle, 1989e. p.67-8).*

São Leopoldo apresenta uma progressiva aceleração na alternância de equipes administrativas ao longo do tempo, com conseqüências que indicam descontinuidade de ações.

*Encontrei a mesa vazia. Isso aí foi uma coisa muito importante em termos de experiência administrativa e política. Quer dizer, quando nós entramos na SEMEC as pessoas não sei por que tinham carregado todos os documentos possíveis, nós não tínhamos mais resoluções, tivemos que buscar um arquivo escondido não sei onde. Daqui a pouco as coisas foram aparecendo, porque as próprias pessoas que ficaram nos aguardando tinham levado para suas casas aqueles documentos. Isso aí é uma coisa que me chocou, porque é um setor público e se as correspondências me são endereçadas para mim momentaneamente, é porque eu ocupo aquele cargo público; em outro momento, será outra pessoa. (Werle, 1989e. p.75-6).*

Um agente do OME de outra equipe administrativa registra:

*Acho que deveria ser um pouco mais organizado... uma das coisas que mais me chamou a atenção, quando eu quis, por exemplo, fazer um levantamento até desde quando existe a história da SEMEC, se vai olhar nos arquivos você não encontra nada, até uma funcionária que trabalha lá dentro... que trabalha há mais de 20 anos... (me disse): antes, na chamada Diretoria de Ensino... presenciei que no fim de uma gestão, ou quando muda o Prefeito, ou quando sai o Secretário, se faça fogueiras em relação a certos documentos. Então, tem muito pouco arquivo, não há uma história, não há uma continuidade. Você vê agora, está praticamente indo quatro secretários dentro de uma gestão de 5 anos, não há uma continuidade, pelo menos aqui... Depende muito da visão de quem assume o poder. Então me parece que quando um entra desfaz todo o trabalho anterior, o outro quando entra, acha que ele está começando a fundar, criar e, talvez, até eu pequei por isso. A gente ignora o passado. (Werle, 1989e. p.107).*

Pelo que é mostrado nos relatos dos agentes de São Leopoldo que lá trabalharam antes do desmembramento de alguns municípios, há coincidência com os depoimentos dos que iniciaram a organização da educação municipal de municípios que dele se desmembraram.

A SEMEC/São Leopoldo dos dias atuais apresenta uma grande rotatividade de agentes, conseqüente desconexão de linhas de trabalho e uma marcante tendência a legitimar-se pela racionalidade legal e técnica. Relatos quanto à dedicação do professor e sua ligação com alunos e comunidade, ainda encontrados em outros municípios, não mais são referidos como presentes e caracterizantes da rede municipal de São Leopoldo atualmente, embora já tenham nela ocorrido no passado. Resta a dúvida se hoje a SEMEC/SL conseguiu ser realmente uma minidelegacia.

## CONCLUSÕES

Como dissemos, as redes de ensino municipais não são homogêneas entre si, pois ao longo de seu desenvolvimento há relações de contradição e de compatibilidade variáveis e peculiares que exigem diferentes operações institucionais. Cada Órgão Municipal de Educação tem uma gênese diferente, mantém relações diferenciadas com interlocutores locais que, embora possam também existir no desenvolvimento da história de outras redes municipais, articulam-se e “conversam” entre si de modo próprio. Os vários grupos que constituem as sociedades locais penetram de forma diferente nas instituições educacionais municipais, dando-lhes um perfil diverso.

A permeabilidade da concepção de “bem público”, elaborada nas instâncias federal e estadual para a municipal em questões educativas, parece indicar que os OMEs são em grande parte úteis instrumentos que cuidam, no nível local, dos interesses daqueles aparelhos burocráticos estatais. A administração pública, federal e estadual, multiplica órgãos periféricos, o que indica um esforço de descongestionamento administrativo dos níveis centrais, mas que contribui para tornar mais complexa a administração educativa no nível local. A permeabilidade parece ser amplamente permitida e fomentada neste nível sem que haja questionamento quanto à sua legitimidade.

Entretanto alguns elementos se assemelham quanto à administração da educação municipal. A dependência das cedências (cessões de professores pelo Estado) parece ser uma constante. Por meio do mecanismo das cedências a permeabilidade se constrói entre o nível estadual e o municipal.

As cedências, mais do que uma articulação formal do Estado com o Município, parece ser uma forma sutil de introdução de valores, vigentes na burocracia pública, no âmbito municipal, como que “normalizando” estruturas, diferenças e peculiaridades. As cedências são uma prática tão generalizada que houve época (anos 70) em que os atos definindo essa forma de cooperação Estado/Município não eram individualizados por município, mas eram coletivos, abrangendo até dez municípios.

A permeabilidade se faz também formal e diretamente no momento em que o município busca orientações junto à Secretaria de Educação Estadual, pro-

cede a treinamentos com a colaboração de professores de outras redes que atuam como preceptores diretos de redes que se consideram menos desenvolvidas e estruturadas; pauta sua organização adaptando os procedimentos utilizados em municípios próximos e implanta programas e diretrizes estaduais e federais. Há registros de leis municipais que delegam amplos poderes ao executivo local para conveniar com a instância estadual, como o abaixo transcrito.

*Autorizo o Poder Executivo a assinar contrato, convênio, acordo ou aditivo com o Estado do Rio Grande do Sul através da Secretaria de Educação para receber recursos orçamentários e/ou do salário-educação a fim de executar obras nas escolas estaduais e/ou municipais, treinamentos, cursos de aprendizagem e atividade ou assistência comunitária, adquirir equipamentos, material permanente e/ou material didático-pedagógico para as escolas municipais e/ou para o Órgão Municipal de Educação, realizar projetos especiais, adquirir e/ou contratar veículo e/ou comprar passagem para transporte escolar. (Lei Municipal São Leopoldo, nº2.501, 19/4/83. Banco de Dados).*

Nenhum agente do OME admitiu discordar do fato de haver apenas descentralização hierárquica ou desconcentração de poder do nível federal e estadual para o local. Pelo contrário, a implantação de classes do MOBREAL, por exemplo, passa a ser relatada como realização e conquista da equipe em exercício no OME, e não como uma ação operacionalizante de propostas de outros níveis.

Um elemento comum às redes municipais é que nelas não há preocupação com a qualificação de mão-de-obra para funções específicas no mundo produtivo. Predominantemente, a instância municipal atende a funções (Offe, 1990) de integração social, substituição de funções (especialmente familiares, pois progressivamente os municípios atendem à pré-escola) e equalização, isto é, a rede municipal responsabiliza-se em grande parte pela divulgação de idéias de democratização, de igualdade, de liberdade local.

Observa-se também que o OME atua como um intermediário entre a escola e a sociedade. Este papel mediador pauta-se por sua proximidade com a sociedade local e seu acesso direto a ela, filtrando exigências dos grupos, ouvindo pais, conhecendo os alunos pelo nome, dialogando e compreendendo o professor. Os agentes do OME mantêm contato direto com as comunidades, o que se faz mais intensamente em municípios menos urbanizados. Portanto, parece haver diferenças se consideramos o “público municipal” e o “público estadual” em matéria de educação. Na instância municipal, por haver maior proximidade física, há também maior responsividade ao meio.

Considera-se como elemento comum o fato de a implantação inicial das estruturas administrativas referentes à administração municipal ser uma atividade empolgante, pouco burocratizada, exigente e que faz com que os “pioneiros” enfrentem generosamente

uma série de situações como desafiadoras, não as caracterizando como fruto da desassistência do poder local, estadual ou federal.

Em geral, os agentes do OME quando assumem seus cargos descrevem a situação local como precária, demonstrando falta de conhecimento e de avaliação das ações de equipes anteriores. A cada gestão os problemas se colocam numa avaliação restrita e pouco abrangente no tempo, com base em uma perspectiva individual. Isso ocorre quanto mais intensamente as equipes administrativas se alternam. Cada uma traz uma intenção messiânica transformadora, preocupada em solucionar as problemáticas que consegue visualizar, o que decorre de sua inexperiência na rede municipal e da compreensão de que precisa "apresentar trabalho" — obras, treinamentos, encontros, reformulações. Os membros cedidos trazem visão e experiência do sistema estadual que se constitui em padrão de comparação.

Conclui-se que, na perspectiva de uma política nacional de educação, a descentralização materializar-se-á com formas e significados diferentes em redes municipais de educação diversificadas. Isso questiona a capacidade prognóstica e de enfrentamento de problemas de uma política com tal orientação.

A permeabilidade da concepção de "bem público" dos níveis federal e estadual para o municipal, em questões educativas, parece indicar, nos casos estudados, uma desconcentração, ou descongestionamento administrativo, na medida em que a administração pública multiplica órgãos periféricos, fazendo-se representar nos municípios, aproveitando a estrutura ali existente — recursos humanos e materiais. As redes

municipais cuidam assim, em nível local, dos interesses do aparelho burocrático central do Estado. É de se destacar, repetimos, que as informações obtidas não nos levam a afirmar que haja no nível municipal questionamento da legitimidade deste fato, ou seja, a descentralização hierárquica ou desconcentração não é problematizada, porque ela vem acompanhada de recursos financeiros. Ao negá-la, alterá-la, ou questioná-la, a administração local incorreria no risco de perda deste recurso repassado dos níveis federal ou estadual para o municipal.

A permeabilidade indica que o poder no âmbito da educação pública decorre das relações entre diferentes instâncias do Estado (federal, estadual e municipal). Modificar as relações de poder é alterar essas relações em todos os aparelhos, subsistemas e instâncias (não restrito a um ou outro grau de ensino, a uma ou outra instância, e nem sequer restrito a questões de cunho exclusivamente educativo). Se a instância municipal enfrenta conflitos em face da instância federal e estadual, outras vezes esses conflitos aparecem frente a outros municípios e regiões, porque competem com vistas a obter mais verbas e maiores auxílios. Em outros casos, esses conflitos são internos ao nível municipal, entre diferentes setores da prefeitura ou seus agentes. Pode-se entender que a educação pública não está simplesmente dominada pelo nível federal, como dizem defensores da descentralização e os críticos da centralização da educação brasileira. A educação pública está transpassada em todos os sentidos pelas lutas e relações diferentes que ocorrem num aparelho jurídico-político que ora separa, individualiza instâncias, ora as pretende unificar.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ATTA, Dilza, SIMÕES, Jandyra, LIMA, Odile. Reflexões sobre a escola de professor único na zona rural. *Boletim*. Salvador, n.7, p.24-33, jul. 1985.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PAQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1986.
- BRASIL, Leis, Decretos etc. Lei Federal 5.692/71 — Estrutura as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 11/9/71.
- OFFE, Claus. *Berufsbildungsreform eine Fallstudie über Reformpolitik*. Frankfurt: Suhrkamp, 1975.
- \_\_\_\_\_. Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação: contribuição à determinação das funções sociais do sistema e educacional. *Educação e Sociedade*. Campinas, v.9, n.35, p.9-59, abr. 1990.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Indústria e Comércio. *Aspectos sócio-econômicos dos municípios do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: SIC, 1987.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. *Anuário estatístico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, v.19, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Áreas estatisticamente comparáveis do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 1986.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e obras Públicas. *Região metropolitana de Porto Alegre: informações e análise*. Porto Alegre, METROPOLAN/FEE, 1988.
- SÃO LEOPOLDO, Leis, Decretos etc. Decreto Municipal n.550, 31/7/70. Cria a Comissão Municipal do MOBRAL, Seção São Leopoldo, com finalidades e atribuições fixadas na legislação federal.
- \_\_\_\_\_. Lei Municipal n.2.501 de 19/4/83. Autoriza o Poder Executivo a assinar contrato, convênio, acordo e aditivo com o Estado do Rio Grande do Sul através da Secretaria de Educação.
- \_\_\_\_\_. Portaria n.18.525 de 9/2/83. Nomeia a Comissão Municipal do MOBRAL de São Leopoldo.
- \_\_\_\_\_. Portaria n. 18.665 de 14/6/83. Nomeia a Comissão Municipal do MOBRAL, Seção São Leopoldo.
- \_\_\_\_\_. Portaria n.18.988 de 8/5/84. Nomeia membros que constituirão a Comissão Municipal do MOBRAL, Seção São Leopoldo.
- \_\_\_\_\_. Portaria n.19.226 de 2/4/85. Nomeia membros que constituirão a Comissão Municipal do MOBRAL de São Leopoldo, em substituição à Portaria n.18.988 de 8/5/84.

- SANDER, Benno. *Sistemas na educação brasileira: solução ou falácia*. São Paulo: Saraiva; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1985.
- SILVA, Elizabeth Teresinha Assis da. *Caracterização da ação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Leopoldo no período de 1977-1987*. São Leopoldo: UNISINOS, 1987. (Trabalho de Conclusão)
- WERLE, Flávia Obino Corrêa. *Levantamento sistemático de dados sobre a rede de escolas municipais do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: UNISINOS, 1989. (Relatório de Pesquisa)
- \_\_\_\_\_. *Entrevistas, Dois Irmãos* — Livro 1. São Leopoldo: UNISINOS, 1989a.
- \_\_\_\_\_. *Entrevistas, Portão* — Livro 2. São Leopoldo: UNISINOS, 1989b.
- \_\_\_\_\_. *Entrevistas, São Leopoldo* — Livro 5. São Leopoldo: UNISINOS, 1989c.
- \_\_\_\_\_. *Entrevistas, São Leopoldo* — Livro 6. São Leopoldo: UNISINOS, 1989e.
- \_\_\_\_\_. *Entrevistas, Sapiranga* — Livro 2. São Leopoldo: UNISINOS, 1989f.
- WERLE, Sussana Maria Mallmann. *Escolas unidocentes do município de Nova Petrópolis*. São Leopoldo: UNISINOS, 1988. (Trabalho de Conclusão)
-